

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.732 - SP (2019/0073870-6)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : CLUB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA**  
**ADVOGADOS : MARCELO DOMINGUES PEREIRA - SP174336**  
**ANA CAROLINA DE PAULA SAMMAN PALMA DA FONSECA**  
**E OUTRO(S) - SP384933**  
**RECORRIDO : FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**  
**PROCON**  
**PROCURADORES : FREDERICO BENDZIUS - SP118083**  
**CLÁUDIO HENRIQUE DE OLIVEIRA - SP329155**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. PROCON. INFRAÇÃO. MULTA ADMINISTRATIVA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. DISSÍDIO PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJ/São Paulo, assim ementado (fls. 412-413):

**APELAÇÃO CÍVEL** Ação anulatória - Auto de infração - PROCON Cláusulas consideradas abusivas insertas em contrato de administração de cartão de crédito Cobrança de taxa de manutenção, cláusula mandato (inclusive para emissão/saque de letras de câmbio), modificação unilateral do contrato após aviso prévio ao consumidor e presença de caracteres e letras com tamanho de difícil leitura - Alegação de nulidade do processo administrativo, ausência de irregularidade nas cláusulas consideradas abusivas e ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade no que concerne ao valor da multa Taxa de manutenção Legalidade reconhecida no recurso administrativo interposto pela autora, estando prejudicada esta parte do pedido - Sentença de parcial procedência, considerando subsistente o auto de infração somente no que tange à ilegalidade nos saques de letras de câmbio em desfavor do consumidor, bem como com relação à presença de caracteres e letras de difícil leitura nos contratos, reduzindo-se à metade a multa aplicada Recurso da autora Descabimento Inexistência de vícios que maculem o procedimento administrativo Princípios constitucionais e legais preservados - Súmula n. 60/STJ - No que concerne ao tamanho dos caracteres e letras insertos nos contratos, não logrou a autora infirmar as decisões proferidas no processo administrativo, presumindo-se-as válidas Recurso do PROCON Admissibilidade Violação aos arts. 51, incisos IV, VIII e XIII e 54, § 3º, todos do CDC Possibilidade de interpretação das leis consumeristas pelo órgão fiscalizador Posição pacífica do C. STJ, bem como desta Egrégia Corte Precedentes jurisprudenciais - Auto de infração devidamente motivado Portaria Normativa Procon n. 26/06 (revogada pela

# *Superior Tribunal de Justiça*

Portaria Procon n. 45/15) que encontra o seu fundamento no próprio CDC - Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade preservados no que tange ao montante arbitrado a título de multa decorrente da autuação Recurso da autora improvido Recurso do PROCON provido, julgando-se improcedente a ação.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação dos artigos 51 e 57 do CDC e dissídio jurisprudencial, ao argumento de que a multa administrativa aplicada pela recorrida é desproporcional e irrazoável. Defende, ainda, a legalidade de cláusula mandato, cuja finalidade é "o cumprimento do objeto do contrato em benefício do consumidor, qual seja, a busca de recursos no mercado para quitação dos financiamentos, em melhores condições, quando o consumidor exercer a faculdade de parcelamento com juros ou financiamento do saldo devedor" (fl. 518).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 569-570.

É o relatório. Passo a decidir.

No que diz respeito aos art. 51 do CDC, a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que "provado pelo PROCON que os fatos efetivamente ocorreram, não havendo prova desconstitutiva por parte da autora, não há que se falar em ausência da infração, restando hígido e válido o auto lavrado e a multa imposta" (fls. 425-426).

Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide à hipótese a Súmula 7/STJ.

No que diz respeito à ofensa ao artigo 57 do CDC, evidencia-se que a tutela jurisdicional foi prestada pelo acórdão recorrido com fundamento na Portaria n. 26/2006 (revogada pela Portaria n. 45/2015), razão por que o recurso especial não deve ser conhecido nesta Corte Superior por demandar interpretação de normativo estranho à legislação federal. Aplica-se ao caso a Súmula 280/STF.

Por fim, a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito a mesma tese de direito, o que ocorreu no caso dos autos.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator